

Reflexões sobre a ideia de coletivização na região da Catalunha durante a Guerra Civil Espanhola, entre 1936 e 1939.

ALEX BRITO RIBEIRO*

I – Introdução

A Guerra Civil Espanhola despertou e ainda continua despertando um relativo interesse que converge em estudos de caráter acadêmico, quanto a romances, filmes e principalmente especulações, no que diz respeito principalmente aos diversos agentes envolvidos no conflito que o longo dos seus três anos ganhou proporções gigantescas.

Especulações que só vem a deixar o debate mais rico à medida que algumas questões vão sendo respondidas, as paixões e as ideias se mostram reveladoras, tanto de forma positiva quanto negativa, dependendo do caminho trilhado por aquele que as respondeu.

O período conhecido como segunda república espanhola se inicia em 1931 após um período de ditadura sob o comando de José Primo de Rivera (1923 – 1930). Mesmo sob o novo governo republicano, os espanhóis passaram por momentos conflituosos ligados principalmente a dificuldade de promover algumas reformas, reformas estas bem caras para a Espanha e o seu povo, como a reforma agrária, desvinculação da igreja católica em relação ao Estado, entre outras propostas. A partir desse período conflituoso, de crise, os espanhóis sentiram a necessidade de um novo ciclo eleitoral, que acontecerá em fevereiro de 1936.

Em janeiro de 1936, é criada na Espanha uma coalizão de grupos ligados a esquerda para concorrer às eleições de fevereiro do mesmo ano, chamada de Frente Popular, entre os integrantes da nova coalizão estavam os socialistas, comunistas e anarquistas, associados em diversas organizações e partidos. Entre os partidos citamos o POUM (Partido Obrero de Unificación Marxista), PSOE (Partido Socialista Obrero Español), sindicatos como a CNT (Confederação Nacional do Trabalho) de orientação

* Pós Graduado (Latu Senso) pela Universidade Candido Mendes, membro do Grupo de Pesquisa: Discurso, representações e práticas sócias pela Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO e membro do Núcleo de Investigação Social (NIS) pela Universidade Federal Fluminense - Polo Universitário de Rio das Ostras.

anarquista e a UGT (União Geral dos Trabalhadores) de orientação socialista e a organização anarquista FAI (Federação Anarquista Ibérica).

A Frente Popular tinha como principais propostas: a reforma agrária, o restabelecimento do estatuto de autonomia Catalã e a anistia de presos políticos, presos políticos estes, em sua maioria de anarquistas.

José Maria Gil Robles líder da CEDA (Confederação Espanhola das Direitas Autônomas) que tinha compromisso com a igreja católica, monarquistas, grandes latifundiários, grandes empresários e alguns militares de alta patente. Robles se candidatou pela direita, mas foi derrotado pela Frente Popular nas eleições que ocorreram em 15 de fevereiro de 1936. A nova coalizão eleita em fevereiro de 1936 obteve também a maioria dos membros nas Cortes espanholas (parlamento).

Por conta desse clima tenso que circundava a esfera política espanhola, estas diferenças ecoavam com tons de conflito independentemente de quem viesse vencer as eleições, nesse sentido o grupo político derrotado nas eleições reivindicaria para si o poder, iniciando de alguma forma uma insurreição armada, um golpe contra o Estado.

Logo, em meados de julho de 1936 um grupo composto por generais apoiados pela direita Monarquista, pela igreja católica, pelos grandes proprietários de terras e empresários deu início a um levante militar contra o governo republicano formado pela Frente Popular. Esse levante militar eclodiu na Guerra Civil Espanhola, um conflito que ganhou dimensões inesperadas e que perdurou até o início de 1939.

II – Algumas palavras sobre o anarquismo na Espanha

Antes de pensarmos sobre a questão do anarquismo na Espanha, temos que ter em mente o fato de que a população espanhola vivia predominantemente do meio rural e a sociedade era dominada durante séculos pela Igreja Católica, no tocante a mentalidade, o imaginário e também no que diz respeito à educação. O ensino proporcionado pela igreja era dogmático, centralizador e excludente, ou seja, destinado a poucos, por isso não é mera coincidência que mais da metade da população espanhola era analfabeta.

Por conta desses fatores, os espanhóis acumulavam um histórico de explorações durante séculos pelos nobres da terra e pelos nobres da igreja. E foi nesta atmosfera que o anarquismo penetrou na Espanha em meados do século XIX.

As primeiras ideias anarquistas chegaram à Espanha através do bancário residente em Madrid Pi y Margall em meados da década de 1850. Margall era um leitor dos textos do tipógrafo e filósofo francês Pierre-Joseph Proudhon. Das ideias do filósofo francês, a que mais lhe influenciou diz respeito às concepções federalistas. Margall também foi o autor do livro *La Reacción y La Revolución* e se tornou o principal tradutor dos textos de Proudhon para o espanhol. (WOODCOCK, 1984: 79)

Contudo, a questão sobre o federalismo, que tem haver com a busca por uma autonomia regional na Espanha vai mais além do que uma questão de influencia ideológica. A exploração por parte do Estado centralizado e pela igreja deixou os espanhóis com muitas ressalvas em relação à centralização e somamos também como relevante contribuição às tradições regionalistas. Como coloca Max Nettlau:

Para o povo espanhol, o estatismo espanhol nunca foi outra coisa senão o regime administrativo, jurídico, militar que, por intermédio do clero, mantinha em submissão forçada, tomando-lhe tudo o que possuía, tanto em homens (soldados) como em impostos, em benefício exclusivo dos proprietários. (NETTLAU, 2008: 122).

Nesse sentido, começamos a entender por que o desenvolvimento do marxismo na Espanha não logrou êxito como o anarquismo, pois além da questão sobre a centralização que era muito cara para os espanhóis, havia outra questão polêmica que tem relação com o trabalho no campo, o camponês.

Segundo Hobsbawm a escolha dos espanhóis por Bakunin ao em vez de Marx não teria sido um mero acidente histórico, para o autor: “É típico do isolamento cultural dos países subdesenvolvidos do século XIX, fazendo com que as ideias frequentemente sem importância no âmbito mundial se tornem ali imensamente influentes.” (HOBSBAWM, 2003: 84).

A citação na verdade revela uma tentativa de justificar o fracasso do Marxismo na Espanha, pois por ser um país subdesenvolvido, não seria capaz de entender a Revolução ou produzir uma classe revolucionária.

De fato a Espanha não possuía um desenvolvimento industrial em grandes níveis, logo, segundo o autor, a Espanha não seria capaz de ser um lugar onde a revolução pudesse acontecer, pois não possuía de forma desenvolvida a classe que tinha o dever histórico de fazer a revolução.

O texto tem o objetivo claro de excluir a importância do movimento anarquista e colocá-lo como uma questão sem valor, uma tentativa de descaracterizá-lo.

O cotidiano que forja o pensamento e a práxis do movimento operário é interpretado, por muitos marxistas, como possível apenas dentro do sindicato ou, se preferirmos, grupo organizado de classe, os partidos. As experiências não vividas, leia-se, não organizadas, são nulas, ou quase isso, aos olhos de uma certa ortodoxia. (SAMIS, 2002: 23).

O pensar de Hobsbawm nos remete ao que parece uma ideia de classe, sendo a Espanha não possuidora de tal classe necessária para produzir uma revolução, minimizando a questão.

A começar por uma classe que tem o dever histórico de fazer a revolução, dever dado a elas por seres dotados de sabedoria, que os acordaria de um sono profundo e organizando-os em um partido sob os seus desígnios e assim fazer a Revolução. Como afirma o próprio Marx: “De todas as classes que hoje se opõem à burguesia, apenas o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária. As demais classes vão-se arruinando e por fim desaparecem com a grande indústria; o proletariado é o seu produto mais autêntico.” (MARX & ENGELS, 2003: 55).

Mas como foi dito anteriormente, a Espanha era essencialmente rural, nesse sentido não possuía tal classe, por isso jamais poderia ter realizado uma Revolução. Em um texto clássico sobre a Guerra Civil Espanhola escrito pelo historiador militar Antony Beevor, o autor apresenta uma ideia do pensamento de Marx em relação ao camponês, à forma de desprezo do seu pensar: “pelo que chamava de “idiotia da vida rural”. Ele acreditava que o capitalismo só seria derrubado pela sua própria criação, o proletariado industrial” (BEEVOR, 2006: 50-51).

Para ficar claro o que estamos discutindo em relação à forma de pensamento de Marx e de Engels em relação aos camponeses, citaremos um trecho do manifesto comunista escrito pelo próprio Karl Marx:

As camadas médias, o pequeno industrial, o pequeno comerciante, o artesão, o camponês, combatem a burguesia para salvar da ruína sua própria existência como camadas médias. Não são portanto revolucionárias, mas conservadoras. Mais ainda, são reacionárias, pois procuram fazer retroceder a roda da história. Quando se tornam revolucionárias, é em consequência de sua iminente passagem para o proletariado; defendem então seus interesses futuros, não seus interesses presentes, abandonando seu próprio ponto de vista pelo proletariado. (MARX & ENGELS, 2003: 55)

Partindo desta premissa percebemos a ideia de classe inculcada nesse fragmento de texto, pois para Marx e seus seguidores a revolução deveria acontecer em um lugar onde o desenvolvimento industrial estivesse em pleno vapor, o que não era o caso da Espanha, e a classe adormecida se levantaria para a revolução. Sendo assim, o proletariado teria o papel histórico já determinado, o de fazer a revolução e cabe a vanguarda revolucionária o papel de acordar essa massa adormecida e, além disso, as demais classes seriam conservadoras, pois buscavam apenas se salvar das ruínas, não sendo dotadas de sentido revolucionário.

Sobre a ideia de classe, não entendemos como algo que seria pré-determinado, e sim algo dotado de experiência, de autonomia¹ por parte do trabalhador, não apenas das indústrias, mas o trabalhador como um todo.

Este é um postulado debatido por E. P. Thompson, historiador inglês, que trabalhou a formação da classe operária de seu país pelo viés cultural. Para Thompson a ideia de classe não se limita a um determinismo histórico, a experiência de classe se desenvolve através de suas relações:

Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico. Não vejo a classe como uma “estrutura”, nem mesmo como uma “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas. (THOMPSON, 2004: 9)

Retomando a discussão sobre o anarquismo na Espanha. Embora Pi y Margall tenha começado a traduzir os textos de Proudhon, só foi no fim da década de 1860 que a “*Idéia*” começou a ganhar eco e popularidade por toda Espanha, através das andanças de um seguidor de Bakunin chamado Giuseppe Fanelli. (WOODCOCK, 1984: 81)

Mesmo com dificuldades de comunicação por conta do idioma, Fanelli de forma impressionante conseguiu propagar as ideias anarquistas, principalmente o pensamento de Bakunin por toda a Espanha.

Jornais de tendências libertárias e internacionalistas foram criados como *La Federación* em Barcelona e *Solidariedad* em Madrid.

¹ A ideia de autonomia e experiência do trabalhador são ideias debatidas pelo filósofo Cornelius Castoriadis, principalmente em seu texto “A experiência do movimento operário” editado pela Brasiliense em 1985. Ver bibliografia.

Já em 1870 a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) possuía um numerário de grande expressão de filiados nas sessões espanholas, que contava com cerca de 15 a 20 mil espanhóis e dois delegados. (WOODCOCK, 1984: 82)

Com a criação da CNT (Confederación Nacional del Trabajo) em 1910, o movimento anarquista se organiza então em bases sindicais. A CNT além de ser um sindicato de fato anarquista, era também um sindicato único, que agrupava todos os trabalhadores e suas funções, ou seja, o trabalhador independente da atividade exercida tinha suas exigências, sua voz amplificada pelo mesmo sindicato.

O sindicato então abarcava tanto o faxineiro quanto o técnico e as reivindicações eram feitas em nome de todos, mas o sindicato não se limitava lutar apenas por melhoras das condições de trabalho, como redução da jornada de trabalho ou aumento salarial, tinha como objetivo acima de tudo fazer a revolução.

Como coloca Frank Mintz:

El objetivo de la CNT es el comunismo libertario, tal y como fue definido por Bakunin y Kropotkin entre otros, el sindicato se abre sin embargo a todos los trabajadores sin distinción política y religiosa. (...) El sindicalismo de acción directa² fue una táctica que respondía a las necesidades de los trabajadores. (MINTZ, 2008: 18-19)

Já internamente nos sindicatos funcionavam escolas de alfabetização, onde o próprio trabalhador depois do seu expediente exercia a função de professor, ou melhor, de educador. A busca pela revolução era também a busca pela autogestão, onde os meios de produção não seriam mais controlados pelos patrões ou pelo Estado (Estatização) e sim pelos próprios trabalhadores, seria a gestão direta dos *obreros*.

No lugar do proprietário, figura estéril na economia, teremos um Conselho de empresa, de fábrica, de granja ou de qualquer outra especialidade de trabalho. Este conselho será constituído por operários, empregados e técnicos que representem o pessoal da empresa, da mina, do navio, etc., e será nomeado pelo próprio pessoal, sendo destituível a qualquer momento, modificável sempre que preciso, se assim julgar conveniente. (SANTILLÁN, 1980: 90)

² A idéia se consiste em recusar o máximo possível às negociações diretas do patronato, exigindo a satisfação do máximo das reivindicações dos trabalhadores. (Frank Mintz) Ver Autogestão e Anarquismo de Gaston Leval, René Berthier e Frank Mintz publicado pela editora Imaginário em 2002.

Para Diego Abad de Santillán o sindicato seria o organismo que responderia pela produção local em um determinado ramo de atividade, sempre na perspectiva da autogestão, onde o trabalhador detém o controle dos meios de produção.

Santillán, um militante anarquista contemporâneo ao conflito, desenvolveu a tese dos Organismos Econômicos, tese esta desenvolvida antes da revolução, que consiste em uma nova estruturação para a vida econômica da Espanha após a revolução. Ele divide os organismos em dezessete principais conselhos, como: o Conselho do ramo do transporte, Conselho do ramo da saúde, entre outros. Santillán, afirma que: “é o organismo que haverá de resolver os problemas cotidianos e imediatos da revolução e, para nós, este organismo não pode ser outro senão o do trabalho organizado sem intervenções de Estado e sem intermediários e parasitas da propriedade privada.” (SANTILLÁN, 1980: 88).

Cada Conselho abarca toda a produção e distribuição de um tipo de atividade específica em uma determinada região espanhola. Cada região, dependendo de suas necessidades deveria estabelecer quais os ramos de atividades específicas seria necessário para a economia local, entretanto, cada conselho estaria vinculado a um Conselho local de economia, que por sua vez estaria vinculado ao Conselho regional da economia e que por fim, estaria ligado ao Conselho federal da economia. Com isso cada região teria o seu poder de decisão, seguindo assim os pensamentos de Bakunin:

A base de toda organização política de um país deve ser a comuna absolutamente autônoma, representada sempre pela maioria dos sufrágios de todos os habitantes – homens e mulheres em igualdades – maiores. Nenhum poder tem o direito de intrometer-se em sua vida, em seus atos e em sua administração interna. (BAKUNIN, 2009: 31-32)

O anarquismo como ideologia e estratégia foi à maior bandeira de luta por parte dos espanhóis do início do século XX, que culminará no processo de coletivização durante a Guerra Civil.

A divisão da sociedade em federações livres, o fato de ser mais prático do que teórico, a militância não era gerida por uma vanguarda intelectualizada, vocação para a informação, com diversos jornais e periódicos, vocação para educação e uma cultura libertária. Estes foram alguns fatores para que o anarquismo preenchesse as lacunas de uma vida simples, porém extremamente digna e revolucionária.

III – Reflexões sobre a ideia de coletivização

O processo de coletivização se deu praticamente em todas as regiões da Espanha, mas cada região tinha a sua particularidade, como é o caso da Catalunha. O texto a seguir não tem o objetivo de conceituar ou diminuir o papel de uma orientação política em detrimento da outra, o texto busca discutir o processo, a ideia de coletivização tendo como pano de fundo a Catalunha, buscando debater as ideias presentes naquele momento na região.

A coletivização na Catalunha se inicia em meados de 1936 quando as tropas golpistas foram derrotadas em uma das primeiras batalhas da Guerra Civil. Essa derrota se deu principalmente pelas mãos das milícias anarquistas formadas por trabalhadores.

A vitória na batalha fortaleceu as tropas milicianas juntamente com os movimentos anarquistas e seus aliados. Contudo, também provocou a desintegração do aparelho do Estado catalão e, além disso, alguns donos de empresas vão fugir da região, abandonando suas fábricas, deixando-as livres para os trabalhadores que assumiram o controle das mesmas dando-lhes um novo tipo de organização e funcionamento interno.

Sobre os trabalhadores, é importante destacar que o processo de coletivização se dá principalmente pela espontaneidade dos *trabajadores manuales*, ou seja, eram aqueles que exerciam trabalhos manuais, não eram os técnicos ou intelectuais ligados a um movimento ou a um partido.

Logo, as coletivizações na Catalunha nasceram pelas mãos sofridas e calejadas de seus trabalhadores, com o objetivo de realizar uma ampla e profunda transformação social, que ao longo do tempo viam absorvendo as ideias do anarquismo através de diversas fontes, como folhetos, jornais, entre outros. Temos que somar a esses fatores a questão da autonomia Catalã que está muito presente no seio da classe trabalhadora, encaixando-se dentro do sistema de federações livres.

Os catalães como para os espanhóis como um todo, viam as coletivizações como um processo de revolução, sendo o exercício de uma democracia direta, sem as ordens dos patrões ou de nenhuma instituição controladora. Como coloca Antoni Castells Duran:

Los colectivistas pretendían llevar a término la transformación de la propiedad individual de los medios de producción en propiedad colectiva y establecer el ejercicio directo de la dirección y control de la actividad productiva por los trabajadores, con la finalidad de avanzar en la construcción de una sociedad más libre e igualitaria. (DURAN, 1996: 12)

Os trabalhadores buscavam a autogestão, tendo como objetivo obter o controle direto das propriedades e dos meios de produção e colocá-los a disposição da comunidade a fim de que todos possam gerir-los para que tenham uma vida digna, justa e livre.

Os coletivistas assumiram um importante papel dentro da política, economia e sociedade da Catalunha, mas não eram apenas anarquistas os representantes da dita “*esquerda*”, havia também os socialistas marxistas ligados principalmente ao PSUC (Partido Socialista Unificado da Catalunha) e a UGT (União Geral dos Trabalhadores), sindicato de orientação marxista.

Para Duran, as diferenças mais importantes entre as duas concepções dentro da experiência Catalã tinham haver com os critérios em relação à repartição do produto ou da riqueza social e o papel a ser desempenhado pelo Estado na econômica. Poderia ser somada como ingrediente a essa sopa de diferenças, a forma como o trabalhador era visto pelas duas ideologias.

Um importante ponto para ao debate se trata da questão do salário, a remuneração que o trabalhador deveria embolsar por seus serviços prestados.

Para os marxistas a distribuição da riqueza deveria ser proporcional ao seu trabalho, já para os anarquistas a riqueza deveria ser distribuída segundo as necessidades individuais, independente do tipo de trabalho realizado.

Entramos em um aspecto interessante sobre as duas concepções, a discussão sobre a remuneração. Mintz escreve que essa questão seria o retorno do debate entre anarquismo e marxismo iniciado na primeira Internacional por Bakunin e Marx³.

Os anarquistas que tinham como objetivo a coletivização entendiam que a remuneração do trabalhador deveria ser feita na forma de salário único, independente da função exercida ou o tipo de trabalho realizado sendo técnico – intelectual ou manual. O salário deveria ser o mesmo para todos os trabalhadores, partindo do princípio que o salário deveria ser de acordo com as necessidades individuais de cada um.

Para os marxistas que tinham como propósito o processo de estatização⁴, entendiam que a remuneração deveria ser diferenciada, de acordo com a função do trabalhador e quantidade de trabalho feito ou produção realizada.

³ Ver *Autogestión y Anarcosindicalismo en la España revolucionaria* de Frank Mintz publicado pela editora Argentina Libros de Anarres em 2008.

Este é um ponto importante no que diz respeito às diferenças entre as concepções, pois o que se discute na verdade seria o papel do trabalhador no processo de produção, como indivíduo produtor. Segundo Duran, os anarquistas entendiam o “indivíduo como sujeito de necessidades que precisa satisfazer, (...), la marxista, ortoga al individuo como productor de bienes.” (DURAN, 1996: 22)

Nesse sentido segundo a concepção marxista, a questão do salário estaria ligada a ideia de indivíduo produtor, pois a hierarquização dos rendimentos estimulava o trabalhador a produzir cada vez mais. Para justificar o que estamos dizendo, citaremos um trecho do informe da UGT de 1937: “El salario único quita el estímulo de la capacitación en los obreros, ya que no ven compensación, (...) no sólo se niega la recompensa y la retribución del obrero capacitado y la posibilidad de capacitarse”⁵

Para os marxistas se fazia necessário esse estímulo, pois o que era produzido deveria ir para o Estado, logo era importante uma produção em grande escala. Diferentemente dos anarquistas que viam essa ideia com muitas ressalvas, pois estimularia o trabalhador a pensar como burguês, em acúmulo de bens, no enriquecimento, nos privilégios, ocasionando o fim da sociedade transformada pela revolução, recriando uma sociedade desigual e burguesa.

A citação a seguir pertence ao periódico libertário *Tierra y Libertad* de Barcelona:

*La igualdad es la base primera de cualquier régimen justo. Y la igualdad no estriba en la posesión común de los medios de producción, en la socialización de estos medios, sino en la distribución equitativa, que ponga a todos en el mismo nivel cuando se trata de satisfacer necesidades físicas o intelectuales que no distinguen edad ni sexo, ni se detienen a preguntar al individuo si es más o menos dotado o si manejando la fábrica ha obtenido más o menos frutos.*⁶

As citações anteriores buscam dar argumentos ao que estamos discutindo, pois não é um simples debate em estabelecer o salário único para o trabalhador ou não, a questão é muito mais profunda que envolve o Estado e a sua participação na economia.

⁴ Onde o Estado tem a direção das indústrias e dos serviços.

⁵ Fragmento do informe da UGT foi retirado do livro de Antoni Castells Duran (ver bibliografia), que usou o texto de Frank Mintz, *La autogestión en la España revolucionaria*, ediciones la Piqueta, Madrid, 1977, p 206.

⁶ Periódico *Tierra y libertad*, 16 de janeiro de 1937, foi retirado do livro de Antoni Castells Duran (ver bibliografia).

Para os anarquistas a desigualdade e a hierarquização ainda estariam presentes na sociedade com a manutenção da diferenciação salarial, gerando uma contradição no que diz respeito à ideia de revolução, pois para os anarquistas, cada trabalhador teria a consciência de que a igualdade seria uma das forças que movem a revolução. Além disso, o trabalhador coletivizado teria o poder de decisão em relação à produção, sendo assim, o trabalho seria desempenhado ao máximo a fim de desenvolver a produção, pois no fim todos os integrantes da coletividade se beneficiariam com os logros obtidos pelo trabalho realizado.

No que diz respeito à concepção marxista, o trabalhador estaria a serviço do Estado, logo não trabalha para si ou para o coletivo, sendo ele então um funcionário do próprio Estado. Para que o trabalhador tenha motivação de aumentar a sua produção seria necessário então dar-lhe uma recompensa que consistiria em uma remuneração diferenciada.

Cada concepção tem uma linha de pensamento em relação ao Estado, os marxistas defendem um Estado forte e centralizado, defendem também o que Marx chamou de “*Ditadura do Proletariado*” e que foi amplamente usado por seus seguidores. Para Marx:

O proletário utilizará seu domínio político para arrancar pouco a pouco todo o capital à burguesia para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, ou seja, do proletariado organizado como classe dominante, e para aumentar o mais rapidamente possível a massa das forças produtivas. (MARX & ENGELS, 2003: 66)

Os anarquistas defendem ruptura total do Estado juntamente com todas as instituições que o cercam, lutavam pelo seu fim. Bakunin afirma que o Estado é a negação da humanidade, para ele:

O Estado outra coisa não é senão a garantia de todas as explorações em proveito de um pequeno número de felizes privilegiados, em detrimento das massas populares. Ele se serve da força coletiva e do trabalho de todos para assegurar a felicidade, a prosperidade e os privilégios de alguns, em detrimento do direito humano de todos. (BAKUNIN, 1989: 53-54)

As coletivizações anarquistas na Catalunha significaram o fim do poder do Estado e algumas delas conseguiram abolir também o dinheiro, com o objetivo de transformar as formas produtivas e colocá-las nas mãos dos trabalhadores, com um único fim, a liberdade.

Estima-se que na Catalunha tenha existido cerca de 297 a 400 coletividades agrícolas e quase 80 % das indústrias estariam em poder dos trabalhadores, já em todo o território espanhol calcula-se que tenha existido aproximadamente um total de 758.000 coletividades na agricultura e 1.080.000 na indústria.

A partir destes números podemos chegar a um total de coletividades em toda a Espanha, tendo existido de forma aproximada um número mínimo de 1.838.000 coletividades. (MINTZ, 2008: 101-102)

IV – Considerações finais

As coletivizações representaram um marco para a história dos espanhóis e para a história dos movimentos sócias e porque não dizer para a história das revoluções. A revolução social ocorrida na Espanha foi muito importante para o seu povo que, ao longo de vários séculos eram submetidos à exploração do capital, da fé e do poder.

Embora tendo durado aproximadamente três anos, a qualidade de vida da população espanhola melhorou muito, o povo passou a ter acesso a serviços como: educação, saúde, alimentação, cultura, higiene, entre outros. Além disso, puderam participar ativamente das decisões tomadas pelo coletivo, puderam aprovar e desaprovar, consultar e ser consultados por todos, algo que lhes foi negado por várias gerações.

É importante destacar que a revolução começou pelas mãos cheias de calos e manchadas pelo sangue das batalhas dos militantes anarquistas. Mãos estas que pertenciam a mulheres e homens simples, em sua maioria de trabalhadores manuais, ou seja, trabalhadores não especializados não eram a tal classe específica dotada do dever histórico de fazer a revolução e sim um movimento que unia todos os trabalhadores do campo e da cidade. Com objetivos comuns, de prover ao povo espanhol a tão sonhada liberdade e a igualdade, uma revolução feita de baixo para cima.

Não podemos em momento algum diminuir, negar ou não reconhecer que, a experiência espanhola do final da década de trinta dos anos de 1900 foi de fato uma revolução e que mudou de forma profunda e muito significativa a vida de milhares de pessoas. Embora esta revolução tenha sido realizada por anarquistas, devemos observar com atenção e de forma honesta os erros e os acertos acerca deste acontecimento, mas que em nossa opinião os acertos, os logros sócias foram superiores aos erros.

Infelizmente por conta deste fundamentalismo ideológico, as coletivizações e os seus participantes anarquistas estão sendo, ou melhor, já foram esquecidos pela “*grande história*”, por acreditarem em uma ideologia que aos olhos de muitos, é vista apenas como sinônimo de bagunça.

As coletivizações, como todo o processo revolucionário teve o seu fim com a vitória das tropas do “*caudilho*” General Francisco Franco em 1939, que iniciou uma ditadura, perdurando até 1975, ano em que o general veio a falecer.

Por ser um sistema revolucionário de autogestão operária e anarquista, as coletivizações sofreram perseguições que vieram de todos os lados, pela direita conservadora e fascista e também pela dita esquerda que era representada principalmente por parte do próprio Estado espanhol.

Na Catalunha as estruturas do poder estatal foram recompostas, essa reorganização se deu sob o comando de socialistas ligados ao Comintern, também chamado de terceira internacional comunista que durou de 1919 a 1943, a URSS de Stalin. Iniciando então um processo de estatização da economia, dos serviços, tomando o controle e administração das indústrias das mãos dos trabalhadores e progressivamente, através de decretos, colocando essas empresas a disposição do Estado e de toda a sua hierarquia e burocracia.

Mas esse processo revolucionário ainda nos reserva um leque de possibilidades para análises e o acúmulo de experiências, não devem ser esquecidas pela academia ou pelo público de uma maneira geral.

V – Bibliografia:

BAKUNIN, Mikhail. Catecismo Revolucionário: Programa da sociedade da Revolução Internacional. São Paulo: Editora Imaginário/Faisca, 2009.

_____. O Princípio do Estado: Três conferências feitas aos operários do vale de Saint-Imier. Brasília: Novos Tempos Editora, 1989.

_____. Revolução e Liberdade: Cartas de 1845 a 1875. São Paulo: Hedra, 2010.

_____. Escritos contra Marx. São Paulo: Editora Imaginário, 2001.

BEEVOR, Antony. A Batalha pela Espanha: A Guerra Civil Espanhola 1936-1939. 2ª Ed, Rio de Janeiro: Redord, 2007.

BERTHIER, René. Poder, classe operária e “ditadura do proletariado”. São Paulo: Editora Imaginário, 2010.

CASTORIADIS, Cornelius. A experiência do movimento operário. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CNT. A guerra civil espanhola nos documentos libertários. São Paulo: Imaginário, 1999.

DURAN, Antoni Castells. El proceso estatizador en la experiencia colectivista catalana (1936-1939). Salamanca: Nossa y Jara Editores, 1996.

GOLDMAN, Emma. O indivíduo, a sociedade e o Estado, entre outros ensaios. São Paulo: Hedra, 2007.

GUILLAUME, James. A Internacional: Documentos e Recordações 1. São Paulo: Imaginário/Faísca, 2009.

HOBBSBAWM, Eric. J. Revolucionários: Ensaio Contemporâneo. 3ª Ed, São Paulo: Paz e Terra, 2003.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora da PUC Rio, 2006.

_____. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. In: Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol 5, nº10, 1992, p 134-146. <www.ce.udesc.br/titosena/Arquivos/Artigos_textos_historia/Koselleck.pdf> Acessado em 4 de fevereiro de 2011.

KROPOTIKIN, Piotr. O princípio anarquista e outros ensaios. São Paulo: Hedra, 2007.

LE LIBERTAIR & LE MONDE LIBERTAIRE. Espanha Libertária: A Revolução Social contra o fascismo. São Paulo: Editora Imaginário, 2002.

LEVAL, Gaston, BERTHIER, René & MINTZ, Frank. Autogestão e Anarquismo. São Paulo: Editora Imaginário, 2002.

LEVAL, Gaston & BAKUNI, Mikhail. Bakunin, fundador do sindicalismo revolucionário: A dupla greve de Genebra. São Paulo: Imaginário/Faísca, 2007.

MALATESTA, Errico. Escritos Revolucionários. São Paulo: Novos Tempos Editora, 1989.

_____. Entre camponeses. São Paulo: Editora Hedra, 2009.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Editora Martin Claret, 2003.

MINTZ, Frank. Autogestión y anarcosindicalismo: en la España revolucionaria. - 1ª Ed, Buenos Aires: Libros de Anarres, 2008.

NETTLAU, Max. História da Anarquia: Das origens ao anarco-comunismo. São Paulo: Hedra, 2008.

SALVADÓ, Francisco J. Romero. A Guerra Civil Espanhola. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

SAMIS, Alexandre. Cleveândia: Anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil. São Paulo: Achiamé/Imaginário, 2002.

_____. Minha pátria é o mundo inteiro: Neno Vasco, o anarquismo e o sindicalismo revolucionário em dois mundos. Lisboa: Letra Livre, 2009.

SANTILLÁN, Diego Abad. Organismo econômico da Revolução: A autogestão na Revolução Espanhola. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SOUCHY, Agustin & FOLGARE, Paul. Colectividades: La obra constructiva de la revolución española. Catalunya: Impressors Socials, 2007.

THOMPSON, Edward P. A formação da classe operária inglesa. 4ª Edição. Tomo I, A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2004.

WOODCOCK, George. Anarquismo: Uma história das idéias e movimentos libertários. Volume I e II. Porto Alegre: L&PM, 1984.